



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

202

200

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0178325-7-RECIFE

APELANTE:

BANCO BRADESCO S/A

APELADA:

AZENATE SENNA DE OLIVEIRA

RELATOR:

DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

REVISOR:

DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

DATA DO JULGAMENTO:

04 DE NOVEMBRO DE 2009

EMENTA – FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. CONTRATO DESPROVIDO DA COBERTURA DO FCVS (FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIAÇÃO SALARIAL). SALDO DEVEDOR RESIDUAL. PAGAMENTO PELA MUTUÁRIA. OBRIGATORIEDADE. APURAÇÃO DA DÍVIDA. NECESSIDADE. COMPENSAÇÃO DO CRÉDITO RECONHECIDO NA SENTENÇA COM O DÉBITO REMANESCENTE. CABIMENTO.

5454

Considerando que o contrato de financiamento imobiliário encontra-se desprovido de cobertura do FCVS (Fundo de Compensação e Variação Salarial), resta à mutuária a obrigação de pagar o saldo devedor residual, após o término do pagamento das prestações do mútuo contratualmente ajustadas, independentemente do seu regular adimplemento, razão pela qual, apesar da revisão dos índices de reajuste das prestações do financiamento e a devolução dos valores pagos a maior serem um direito devidamente reconhecido à embargante/apelada por sentença transitada em julgado, há de ser apurado, ainda, pelo perito judicial, o valor exato da dívida, compensando-se o crédito existente em favor desta com o saldo devedor remanescente, ambos devidamente atualizados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0178325-7, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso, na conformidade dos votos constantes das inclusas notas taquigráficas, que integram o presente aresto.

Recife, 16 de dezembro de 2009.

Alberto Nogueira Virginio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

204 P

201

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 00178.325-7 – RECIFE/PE

APELANTE: BANCO BRADESCO S/A

APELADO: AZENATE SENNA DE OLIVEIRA

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

O BANCO BRADESCO S/A ajuizou Execução Hipotecária contra AZENATE SENNA DE OLIVEIRA, distribuída sob o nº 001.2007.000167-8, postulando o recebimento do crédito no valor de R\$ 119.336,60 (cento e dezenove mil e trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), decorrente de saldo devedor relativo a financiamento imobiliário.

Citada para efetuar o pagamento do valor do crédito reclamado, a mutuária, opôs embargos à execução (Proc. nº 001.2007.021526-0), os quais foram julgados às fls. 181/184, tendo a magistrada acolhido os pedidos nele formulados, declarando nula a execução guerreada, condenando o embargado a arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Ao proferir tal sentença, a magistrada *a quo*, baseando-se na prova pericial produzida, entendeu que, como a embargante pagara ao banco exequente prestações superiores ao efetivamente devido, em vez do débito objeto da execução, haveria, na verdade, um crédito daquela para com a instituição financeira, razão por que a execução deveria ser extinta.

Inconformado, o banco embargado interpôs apelação (fls. 69/76), alegando que a sentença hostilizada está escoimada em laudo pericial contábil que apresenta cálculo de reajuste dos valores das prestações, juros e amortização do saldo devedor dissonantes da realidade do contrato de compra e venda do imóvel objeto da execução, o que violaria o princípio do *pacta sunt servanda*.

Aponta a existência de saldo residual devedor, apurado em 07/04/2007, equivalente a R\$ 117.166,25 (cento e dezessete mil, cento e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), referente às parcelas vencidas e não pagas de 07/10/2004 a 07/04/2007, justificando-se o prosseguimento da execução, razão por que requer seja dado provimento ao apelo, reformando-se, nesse sentido, a sentença vergastada.

Contrarrazões às fls. 201/206.

Os autos foram encaminhados ao ilustre revisor, Des. Adalberto de Oliveira Melo, inclusive com a ressalva de que se trata de processo com prioridade de tramitação, nos termos do Art. 1.211-A do CPC c/c Art. 71, § 1º da Lei nº 10.741/03, uma vez que figura no feito pessoa com mais de 60 anos de idade, tendo aquele Desembargador determinado a inclusão do feito em pauta. Está feito o relatório.

04/- 1/-
Recife, 27 de julho de 2009.

Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



205 B
202

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº: 00178.325-7 – RECIFE/PE
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A
APELADO: AZENATE SENNA DE OLIVEIRA
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Na petição dos embargos à execução, a apelada esclarece que contraiu financiamento imobiliário junto ao banco apelante, em 07 de março de 1989, para aquisição de um apartamento no valor de NCz\$ 22.358,94 (vinte e dois mil e trezentos e cinquenta e oito cruzados novos e noventa e quatro centavos), comprometendo-se a adimpli-lo em 180 prestações.

Diz mais, que, em 1992, ela e outros mutuários ajuizaram, perante a 6ª Vara Cível da capital, ação cautelar inespecífica c/c pedido de liminar (nº 001.1992.022998-1) e, em seguida, a respectiva ação ordinária principal (nº 001.1992.056347-4), com objetivo de modificar a forma de reajuste das prestações do financiamento, obtendo, ao final, sentença favorável, a qual transitou em julgado, conforme se observa às fls. 17/28 dos Embargos do Devedor.

Na referida sentença, o magistrado deu procedência ao pedido dos mutuários, determinando que o reajuste das prestações do financiamento fosse feito com base no PES – Plano de Equivalência Salarial, e não mais no PAM – Plano de Atualização Misto, originariamente previsto no contrato.

Após contratar escritório especializado, a executada, ora apelada, chegou à conclusão de que, recalculando-se as prestações do contrato de financiamento nos moldes determinados na sentença supra-aludida, seria, na verdade, credora do BRADESCO na quantia de R\$ 75.913,72 (setenta e cinco mil e novecentos e treze reais e setenta e dois centavos), em virtude dos pagamentos feitos a maior.

Por sua vez, levando em consideração o não pagamento das prestações vencidas a partir de 07/10/2004, o banco apelante apurou a existência de um saldo devedor, em dezembro de 2006, no importe de R\$ 119.336,60 (cento e dezenove mil e trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), montante este que foi levado à execução.

Parte daí a controvérsia ora em apreço.

Compulsando os autos, verifico que a embargante/apelada, tal como alega na petição inicial dos embargos (fls. 02/07) e também nas contrarrazões deste recurso (fls.187/192), considera não mais ser devedora de qualquer quantia ao banco exequente, conquanto pagou, integralmente, as 180 (cento e oitenta) prestações do financiamento, vencidas entre 07/04/89 e 07/04/04, sendo inexistentes as parcelas de número 181 a 270, supostamente vencidas após esse período e cujo valor o banco tenta executar.

A



206 ^β
203

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Em que pesem os argumentos da apelada, tenho que não lhe assiste razão nesse tocante.

Apreciando o contrato de financiamento imobiliário acostado às fls. 08/22 dos autos da ação de execução, verifico que se trata de modalidade desprovida da cobertura do FCVS (Fundo de Compensação e Variação Salarial) para quitação do saldo devedor residual eventualmente remanescente após o término dos 180 meses contratualmente ajustados para pagamento do mútuo.

O saldo devedor residual é, como o próprio nome sugere, um resíduo do valor contratual causado pelo fenômeno inflacionário e independe do regular pagamento das prestações do financiamento.

Por sua vez, a cobertura pelo FCVS nos contratos de financiamento atrelados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) é espécie de seguro que visa quitar eventual saldo devedor existente após a extinção do contrato, como, por exemplo, quando do advento do termo final do financiamento, ocasião em que, havendo tal cobertura, se desonerará o mutuário da obrigação de pagar o remanescente da dívida, que, muitas vezes, alcança o patamar de valor equivalente ao próprio imóvel.

Por outro lado, nos contratos em que não há a cobertura pelo FCVS, tal como o da embargante/apelada, remanesce a obrigação do mutuário de pagar o saldo devedor residual, como já assentado na jurisprudência pátria:

RECURSO ESPECIAL - SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL (SFH) - CONTRATO DE FINANCIAMENTO SEM COBERTURA DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS (FCVS) - PAGAMENTO DO SALDO DEVEDOR RESIDUAL PELO MUTUÁRIO - CABIMENTO - RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Nos contratos de financiamento celebrados no âmbito do SFH, sem cláusula de garantia de cobertura do FCVS, o saldo devedor residual deverá ser suportado pelo mutuário. 2. Tal entendimento não se limita aos contratos firmados após a Lei n. 8.692/93, mas se espalha para qualquer contrato de financiamento habitacional em que não se tenha pactuado expressamente a cobertura do FCVS. 3. Recurso especial provido. (REsp 823.791/PE, Rel. Ministro Massami Uyeda, 3ª TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe 16/12/2008, sem grifos no original)

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE ESTABELECE PARÂMETRO DE ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR DISTINTO DAQUELE PREVISTO PARA O REAJUSTE DOS ENCARGOS MENSAS. OBJETO IMPOSSÍVEL. INEXISTÊNCIA. CONTRATO CELEBRADO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 8.692, DE 28.7.1993. - Previsto em lei, o critério de reajuste do saldo devedor (pelos mesmos índices de

At. -



207 B
204

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

atualização dos depósitos em cadernetas de poupança) é válido, independentemente do parâmetro utilizado para o reajustamento dos encargos mensais (Plano de Equivalência Salarial por Comprometimento de Renda). **Não estando preconizada a cobertura do eventual resíduo pelo FCVS (Fundo de Compensações de Variações Salariais), o que sobejar ao final do contrato é da responsabilidade do mutuário.** Recurso especial não conhecido. (Resp 382.875 – SC, Rel. Ministro Barros Monteiro, 4ª Turma, julgado em 21 de maio de 2002, sem grifos no original).

Quero com isso dizer que, apesar da revisão dos índices de reajuste das prestações do financiamento e a devolução dos valores pagos a maior, serem um direito devidamente reconhecido à executada/embargante por sentença transitada em julgado –, diante da realidade do contrato ora em análise, esse fato não tem o condão de afastar a obrigação da mutuária quanto ao pagamento do saldo devedor residual, salvo se o crédito gerado pelo recálculo das parcelas for igual ou superior àquele.

No caso dos autos, o saldo devedor deveria ser atualizado monetariamente, nas datas do vencimento do encargo mensal, mediante aplicação do mesmo coeficiente utilizado para correção dos depósitos de poupança livre pelas instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Empréstimo e Poupança (cláusula sexta – fl. 09 da execução), sendo certo que a sentença proferida nos autos da ação revisional não contemplou tal reajuste do saldo devedor, mas tão somente o das prestações do financiamento.

Também se extrai do contrato que, ao término do prazo avençado para o financiamento – no caso, 180 (cento e oitenta) meses –, apurando-se a existência de saldo devedor remanescente, tal quantia deveria ser paga pelo mutuário em prazo não superior a 50% (cinquenta por cento) daquele previsto para o financiamento (cláusula oitava c/c item 23 do quadro resumo – fls. 10 e 18 da execução).

Assim sendo, levando em consideração a existência de saldo devedor residual, o Banco Bradesco aplicou a prorrogação contratual prevista no item 23 do quadro resumo, estendendo o financiamento em mais 90 (noventa) meses, a fim de que a mutuária, ora apelada, amortizasse o débito remanescente, explicando-se, assim o porquê da execução recair sobre as parcelas de número 181 a 270, as quais a devedora considera inexistentes.

Nesse ponto, há de ser revista a sentença vergastada, que considerou nula a execução, por reconhecer a inexistência de débito contra a embargante, em virtude de o laudo pericial ter apontado crédito em favor daquela no valor de R\$ 39.064,33 (trinta e nove mil sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos).

Importa ressaltar que, conforme se vislumbra no laudo acostado às fls. 119/149, o perito judicial também considerou que o contrato se extinguiu com o pagamento da 180ª (centésima octagésima) parcela e, partindo dessa premissa, anunciou o valor do crédito decorrente do recálculo das prestações pagas a maior, simplesmente ignorando a possibilidade de existência de saldo devedor residual, devendo-se, contudo, corrigir tal omissão, pois só assim será possível saber o exato valor da dívida, podendo-se inclusive

4



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

2083
205


fazer, desde logo a compensação do crédito atualizado da embargante com o débito remanescente, ambos devidamente atualizados.

Por fim, ressalto que o laudo pericial, no que toca ao recálculo das prestações do financiamento, encontra-se satisfatoriamente elaborado, em devida consonância com a sentença proferida na ação revisional e com as cláusulas do contrato de mútuo, não havendo fundamento para a irresignação do apelante nesse sentido, sobretudo quando o crédito por ele próprio apurado e mencionado no documento de fl. 30 elaborado pelo seu setor jurídico, bastante se aproxima daquele indicado pelo perito judicial.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao apelo para reformar a sentença vergastada, determinando o prosseguimento da execução, havendo de ser apurado, ainda, pelo perito judicial o valor exato da dívida, ante o cálculo do saldo devedor residual e sua compensação com o crédito existente em favor da embargada/apelada.

É como voto.

Recife, 04 de Novembro de 2009.


Alberto Nogueira Virginio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

209 P
206

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 00178.325-7 -- RECIFE/PE

APELANTE: BANCO BRADESCO S/A

APELADO: AZENATE SENNA DE OLIVEIRA

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Na petição dos embargos à execução, a apelada esclarece que contraiu financiamento imobiliário junto ao banco apelante, em 07 de março de 1989, para aquisição de um apartamento no valor de NCz\$ 22.358,94 (vinte e dois mil e trezentos e cinquenta e oito cruzados novos e noventa e quatro centavos), comprometendo-se a adimpli-lo em 180 prestações.

Diz mais, que, em 1992, ela e outros mutuários ajuizaram, perante a 6ª Vara Cível da capital, ação cautelar inespecífica c/c pedido de liminar (nº 001.1992.022998-1) e, em seguida, a respectiva ação ordinária principal (nº 001.1992.056347-4), com objetivo de modificar a forma de reajuste das prestações do financiamento, obtendo, ao final, sentença favorável, a qual transitou em julgado, conforme se observa às fls. 17/28 dos Embargos do Devedor.

Na referida sentença, o magistrado deu procedência ao pedido dos mutuários, determinando que o reajuste das prestações do financiamento fosse feito com base no PES – Plano de Equivalência Salarial, e não mais no PAM – Plano de Atualização Misto, originariamente previsto no contrato.

Após contratar escritório especializado, a executada, ora apelada, chegou à conclusão de que, recalculando-se as prestações do contrato de financiamento nos moldes determinados na sentença supra-aludida, seria, na verdade, credora do BRADESCO na quantia de R\$ 75.913,72 (setenta e cinco mil e novecentos e treze reais e setenta e dois centavos), em virtude dos pagamentos feitos a maior.

Por sua vez, levando em consideração o não pagamento das prestações vencidas a partir de 07/10/2004, o banco apelante apurou a existência de um saldo devedor, em dezembro de 2006, no importe de R\$ 119.336,60 (cento e dezenove mil e trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), montante este que foi levado à execução.

Parte daí a controvérsia ora em apreço.

Compulsando os autos, verifico que a embargante/apelada, tal como alega na petição inicial dos embargos (fls. 02/07) e também nas contrarrazões deste recurso (fls.187/192), considera não mais ser devedora de qualquer quantia ao banco exequente, conquanto pagou, integralmente, as 180 (cento e oitenta) prestações do financiamento, vencidas entre 07/04/89 e 07/04/04, sendo inexistentes as parcelas de número 181 a 270, supostamente vencidas após esse período e cujo valor o banco tenta executar.

Ass. P



210 B
207

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

Em que pesem os argumentos da apelada, tenho que não lhe assiste razão nesse tocante.

Apreciando o contrato de financiamento imobiliário acostado às fls. 08/22 dos autos da ação de execução, verifico que se trata de modalidade desprovida da cobertura do FCVS (Fundo de Compensação e Variação Salarial) para quitação do saldo devedor residual eventualmente remanescente após o término dos 180 meses contratualmente ajustados para pagamento do mútuo.

O saldo devedor residual é, como o próprio nome sugere, um resíduo do valor contratual causado pelo fenômeno inflacionário e independe do regular pagamento das prestações do financiamento.

Por sua vez, a cobertura pelo FCVS nos contratos de financiamento atrelados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) é espécie de seguro que visa quitar eventual saldo devedor existente após a extinção do contrato, como, por exemplo, quando do advento do termo final do financiamento, ocasião em que, havendo tal cobertura, se desonerará o mutuário da obrigação de pagar o remanescente da dívida, que, muitas vezes, alcança o patamar de valor equivalente ao próprio imóvel.

Por outro lado, nos contratos em que não há a cobertura pelo FCVS, tal como o da embargante/apelada, remanesce a obrigação do mutuário de pagar o saldo devedor residual, como já assentado na jurisprudência pátria:

RECURSO ESPECIAL - SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL (SFH) - CONTRATO DE FINANCIAMENTO SEM COBERTURA DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS (FCVS) - PAGAMENTO DO SALDO DEVEDOR RESIDUAL PELO MUTUÁRIO - CABIMENTO - RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Nos contratos de financiamento celebrados no âmbito do SFH, sem cláusula de garantia de cobertura do FCVS, o saldo devedor residual deverá ser suportado pelo mutuário. 2. Tal entendimento não se limita aos contratos firmados após a Lei n. 8.692/93, mas se espraia para qualquer contrato de financiamento habitacional em que não se tenha pactuado expressamente a cobertura do FCVS. 3. **Recurso especial provido.** (REsp 823.791/PE, Rel. Ministro Massami Uyeda, 3ª TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe 16/12/2008, sem grifos no original)

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE ESTABELECE PARÂMETRO DE ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR DISTINTO DAQUELE PREVISTO PARA O REAJUSTE DOS ENCARGOS MENSAIS. OBJETO IMPOSSÍVEL. INEXISTÊNCIA. CONTRATO CELEBRADO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 8.692, DE 28.7.1993. - Previsto em lei, o critério de reajuste do saldo devedor (pelos mesmos índices de

ALL



211P
208

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

atualização dos depósitos em cadernetas de poupança) é válido, independentemente do parâmetro utilizado para o reajustamento dos encargos mensais (Plano de Equivalência Salarial por Comprometimento de Renda). **Não estando preconizada a cobertura do eventual resíduo pelo FCVS (Fundo de Compensações de Variações Salariais), o que sobejar ao final do contrato é da responsabilidade do mutuário.** Recurso especial não conhecido. (Resp 382.875 – SC, Rel. Ministro Barros Monteiro, 4ª Turma, julgado em 21 de maio de 2002, sem grifos no original).

Quero com isso dizer que, apesar da revisão dos índices de reajuste das prestações do financiamento e a devolução dos valores pagos a maior, serem um direito devidamente reconhecido à executada/embarante por sentença transitada em julgado –, diante da realidade do contrato ora em análise, esse fato não tem o condão de afastar a obrigação da mutuária quanto ao pagamento do saldo devedor residual, salvo se o crédito gerado pelo recálculo das parcelas for igual ou superior àquele.

No caso dos autos, o saldo devedor deveria ser atualizado monetariamente, nas datas do vencimento do encargo mensal, mediante aplicação do mesmo coeficiente utilizado para correção dos depósitos de poupança livre pelas instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Empréstimo e Poupança (cláusula sexta – fl. 09 da execução), sendo certo que a sentença proferida nos autos da ação revisional não contemplou tal reajuste do saldo devedor, mas tão somente o das prestações do financiamento.

Também se extrai do contrato que, ao término do prazo avençado para o financiamento – no caso, 180 (cento e oitenta) meses –, apurando-se a existência de saldo devedor remanescente, tal quantia deveria ser paga pelo mutuário em prazo não superior a 50% (cinquenta por cento) daquele previsto para o financiamento (cláusula oitava c/c item 23 do quadro resumo – fls. 10 e 18 da execução).

Assim sendo, levando em consideração a existência de saldo devedor residual, o Banco Bradesco aplicou a prorrogação contratual prevista no item 23 do quadro resumo, estendendo o financiamento em mais 90 (noventa) meses, a fim de que a mutuária, ora apelada, amortizasse o débito remanescente, explicando-se, assim o porquê da execução recair sobre as parcelas de número 181 a 270, as quais a devedora considera inexistentes.

Nesse ponto, há de ser revista a sentença vergastada, que considerou nula a execução, por reconhecer a inexistência de débito contra a embarante, em virtude de o laudo pericial ter apontado crédito em favor daquela no valor de R\$ 39.064,33 (trinta e nove mil sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos).

Importa ressaltar que, conforme se vislumbra no laudo acostado às fls. 119/149, o perito judicial também considerou que o contrato se extinguiu com o pagamento da 180ª (centésima octagésima) parcela e, partindo dessa premissa, anunciou o valor do crédito decorrente do recálculo das prestações pagas a maior, simplesmente ignorando a possibilidade de existência de saldo devedor residual, devendo-se, contudo, corrigir tal omissão, pois só assim será possível saber o exato valor da dívida, podendo-se inclusive

H. S. 8



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

212/B

209


fazer, desde logo a compensação do crédito atualizado da embargante com o débito remanescente, ambos devidamente atualizados.

Por fim, ressalto que o laudo pericial, no que toca ao recálculo das prestações do financiamento, encontra-se satisfatoriamente elaborado, em devida consonância com a sentença proferida na ação revisional e com as cláusulas do contrato de mútuo, não havendo fundamento para a irrisignação do apelante nesse sentido, sobretudo quando o crédito por ele próprio apurado e mencionado no documento de fl. 30 elaborado pelo seu setor jurídico, bastante se aproxima daquele indicado pelo perito judicial.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao apelo para reformar a sentença vergastada, determinando o prosseguimento da execução, havendo de ser apurado, ainda, pelo perito judicial o valor exato da dívida, ante o cálculo do saldo devedor residual e sua compensação com o crédito existente em favor da embargada/apelada.

É como voto.

Recife, 24 de // de 2009.


Alberto Nogueira Virginio
Desembargador Relator

213 / 3

210 /



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0178325-7 – RECIFE - PE
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS: CLÓVIS ROBERTO CORRÊA E OUTROS
APELADA: AZENATE SENNA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOÃO BATISTA DE MELO MONTENEGRO
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR: DES ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO DE REVISÃO

Trata-se recurso de apelação, face à sentença única que julgou procedentes os embargos para declarar nula a execução proposta pelo BANCO BRADESCO S/A, ora apelante/embargado, contra AZENATE SENNA DE OLIVEIRA, apelada/embargante, condenando o banco a arcar com as custas e despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 20% sobre o valor da causa.

Verifico que razão assiste à embargante, pois, o débito exequendo está instrumentalizado em contrato afetado por sentença já transitada em julgado, que posicionou a embargante como credora, proferida pelo Juízo de Direito da 7ª Vara Cível, nos autos autos das Ações Cautelar e Ordinária nºs 001.1992.022998-1 e 001.1992.056347-4, proposta pela executada embargante em litisconsórcio com outros mutuários, ficando assim constatada a insubsistência do débito executado, vez que com a implantação de sentença não há como deixar de reconhecer a inconsistência jurídica da execução.

Ante estas considerações, meu voto é para negar provimento à apelação, mantendo-se, na íntegra, a sentença afrontada.

É como voto.

Des. Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo
REVISOR



214 B

211

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

A Turma está em divergência.

Tenho um pedido de esclarecimento. Há execução de título judicial?

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (RELATOR)

É a dívida que o banco apurou.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Pelo que ouvi do voto do nobre Relator, o valor do crédito da parte foi apurado em uma ação ordinária. Trata-se, efetivamente, de uma execução judicial.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (RELATOR)

Exatamente.

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (REVISOR)

Na ação ordinária foi considerado que os mutuários eram credores.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (RELATOR)

Só que o contrato não tinha a cláusula que cobria.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

O saldo residual não estava sujeito ao Fundo de Compensação de Variação Salarial.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO (RELATOR)

Exatamente. Esse é o ponto nodal da questão.



215 B

212

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Nestas circunstâncias, peço vênia ao nobre Revisor para acompanhar o voto do Relator, na medida em que desprovido o contrato de albergue no Fundo de Compensação de Variação Salarial.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS FOI DADO PROVIMENTO AO APELO, DE ACORDO COM O VOTO DO RELATOR."

Márcia